



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AP

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de material permanente para atender as necessidades essenciais da SR/PF/AP e Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. A quantidade detalhada do órgão gerenciador e de cada órgão participante, assim como os locais de entrega, encontram-se no Anexo I.II deste termo de referência 37727965.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADES GERENCIADOR E PARTICIPANTES	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
<b>G1</b> ARMÁRIOS E GAVETEIROS	<b>1</b> Armário Alto com Portas e Prateleiras (altura 1.600 mm) - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	1953	R\$ 1.010,00	R\$ 1.972.530,00
	<b>2</b> Armário Baixo com 2 Portas Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	1617	R\$ 854,73	R\$1.382.098,41
	<b>3</b> Armário Alto Semiaberto - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	632	R\$ 549,17	R\$ 347.075,44
	<b>4</b> Armário Super Alto com Portas e Prateleiras - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	431	R\$ 1.400,00	R\$ 603.400,00
	<b>5</b> Gaveteiro Volante com Quatro Gavetas - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	2898	R\$ 578,28	R\$ 1.675.855,44
<b>G2</b> MOBILIÁRIO AMBIENTE MODELO A	<b>6</b> Armário Baixo (Aparador) Modelo A - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	251	R\$ 1.516,97	R\$ 380.759,47
	<b>7</b> Gaveteiro Modelo A - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	246	R\$ 630,86	R\$ 155.191,56
	<b>8</b> Mesa Modelo A - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	221	R\$ 1.222,00	R\$ 270.062,00
	<b>9</b> Mesa de Apoio Modelo A - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	205	R\$ 1.390,87	R\$ 285.128,35
	<b>10</b> Mesa de Centro Modelo A - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	117	R\$ 844,60	R\$ 98.818,20
	<b>11</b> Mesa de Reunião Componível Modelo A - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	128	R\$ 993,56	R\$ 127.175,68

	12	<b>Mesa Lateral Modelo A</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	187	R\$ 500,53	R\$ 93.599,11
	13	<b>Conexão Curva Modelo A</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	155	R\$ 396,91	R\$ 61.521,05
<b>G3</b> CADEIRAS	14	<b>Cadeira Utilizada em Todos os Ambientes de Reunião</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	1598	R\$ 569,69	R\$ 910.364,62
	15	<b>Cadeira Individual</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	1172	R\$ 184,26	R\$ 215.952,72
	16	<b>Cadeira de Interlocutor para os Ambientes de Trabalho</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	1486	R\$ 573,61	R\$ 852.384,46
	17	<b>Cadeira com Rodízios Modelo A</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	2187	R\$ 1.753,31	R\$ 3.834.488,97
	18	<b>Cadeira com Rodízios Modelo B</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	4339	R\$ 739,40	R\$ 3.208.256,60
<b>G4</b> LONGARINAS	19	<b>Longarina de 2 Lugares</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	418	R\$ 295,40	R\$ 123.477,20
	20	<b>Longarina de 3 Lugares</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	512	R\$ 401,55	R\$ 205.593,60
<b>G5</b> POLTRONAS	21	<b>Poltrona Comum para Auditório</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	1003	R\$ 647,95	R\$ 649.893,85
	22	<b>Poltrona para Obesos</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	209	R\$ 941,00	R\$ 196.669,00
<b>G6</b> SOFÁS	23	<b>Sofá de 01 Lugar</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	416	R\$ 926,95	R\$ 385.611,20
	24	<b>Sofá de 02 Lugares</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	465	R\$ 1.026,19	R\$ 477.178,35
	25	<b>Sofá de 03 Lugares</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	374	R\$ 1.354,59	R\$ 506.616,66
	26	<b>Mesa Autoportante (Tampo 1.400 x 1.400 mm)</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	2095	R\$ 1.335,30	R\$ 2.797.453,50
	27	<b>Mesa Autoportante (Tampo 1.600 x 1.600 mm)</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	1296	R\$ 1.363,98	R\$ 1.767.718,08
	28	<b>Mesa Península Gota</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	418	R\$ 1.760,91	R\$ 736.060,38

<b>G7</b> MESAS	<b>29</b>	<b>Mesa para Refeitório</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	279	R\$ 895,32	R\$ 249.794,28
	<b>30</b>	<b>Mesa de Reunião Circular</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	313	R\$ 687,44	R\$ 215.168,72
	<b>31</b>	<b>Mesa de Reunião Componível Modelo B</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	236	R\$ 1.231,79	R\$ 290.702,44
	<b>32</b>	<b>Mesa Retangular Individual</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	538	R\$ 675,50	R\$ 363.419,00
	<b>33</b>	<b>Mesa de Reunião Ovalada ou Retangular 2400 mm</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	164	R\$ 1.172,18	R\$ 192.237,52
	<b>34</b>	<b>Mesa de Reunião Ovalada ou Retangular 3000 mm</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	119	R\$ 1.384,85	R\$ 164.797,15
<b>G8</b> PAINES	<b>35</b>	<b>Painel Divisório Panorâmico</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	240	R\$ 688,54	R\$ 165.249,60
	<b>36</b>	<b>Painel Para Formar Estações</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	539	R\$ 674,48	R\$ 363.544,72
<b>37</b>		<b>Armário Aço Tipo Guarda-Roupa</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	465	R\$ 692,47	R\$ 321.998,55
<b>38</b>		<b>Estante de Aço</b> - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UN	894	R\$ 604,20	R\$ 540.154,80
<b>39</b>		<b>CONJUNTO MESA E QUATRO CADEIRA PARA ÁREA EXTERNA</b> - conforme anexo I do Termo de referência.	UN	319	R\$ 1.753,37	R\$ 559.325,03
<b>40</b>		<b>CONDICIONADOR DE AR 9.000 BTU</b> - conforme anexo I do Termo de referência.	UN	169	R\$ 1.472,71	R\$ 248.887,99
<b>41</b>		<b>CONDICIONADOR DE AR 12.000 BTU</b> - conforme anexo I do Termo de referência.	UN	512	R\$ 2.316,58	R\$ 1.186.088,96
<b>42</b>		<b>CONDICIONADOR DE AR 18.000 BTU</b> - conforme anexo I do Termo de referência.	UN	411	R\$ 3.913,10	R\$ 1.608.284,10

43	<b>CONDICIONADOR DE AR 24.000 BTU -</b> <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	388	R\$ 4.630,08	R\$ 1.796.471,04
44	<b>CONDICIONADOR DE AR 30.000 BTU -</b> <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	183	R\$ 7.898,36	R\$ 1.445.399,88
45	<b>CONDICIONADOR DE AR 36.000 BTU -</b> <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	339	R\$ 8.302,69	R\$ 2.814.611,91
46	<b>MAQUINA DE LAVAR ROUPA -</b> <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	103	R\$ 4.296,56	R\$ 442.545,68
47	<b>MAQUINA DE LAVAR LOUÇA 8 SERVIÇOS -</b> <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	53	R\$ 2.846,02	R\$ 150.839,06
48	<b>PURIFICADOR DE ÁGUA -</b> <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	367	R\$ 2.617,32	R\$ 960.556,44
49	<b>BEBEDOURO INDUSTRIAL DE COLUNA 100 LITROS -</b> <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	128	R\$ 2.780,99	R\$ 355.966,72
50	<b>BEBEDOURO ÁGUA GARRAFÃO -</b> <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	355	R\$ 561,21	R\$ 199.229,55
51	<b>CAMERA FOTOGRÁFICA -</b> <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	307	R\$ 6.393,97	R\$ 1.962.948,79
52	<b>FOGAO -</b> <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	117	R\$ 1.807,84	R\$ 211.517,28
53	<b>FORNO MICROONDAS 20L -</b> <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	402	R\$ 957,23	R\$ 384.806,46

54	<b>DEPURADOR PARA COZINHA</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	96	R\$ 539,02	R\$ 51.745,92
55	<b>FRIGOBAR</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	587	R\$ 1.881,43	R\$ 1.104.399,41
56	<b>PROJETOR</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	176	R\$ 4.941,97	R\$ 869.786,72
57	<b>REFRIGERADOR</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	268	R\$ 3.469,21	R\$ 929.748,28
58	<b>TELEVISOR</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	580	R\$ 3.487,95	R\$ 2.023.011,00
59	<b>NOBREAK/ESTABILIZADOR</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	724	R\$ 617,42	R\$ 447.012,08
60	<b>NOBREAK</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	251	R\$ 13.674,94	R\$ 3.432.409,94
61	<b>FRAGMENTADORA</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	403	R\$ 2.844,02	R\$ 1.146.140,06
62	<b>LIQUIDIFICADOR</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	128	R\$ 138,86	R\$ 17.774,08
63	<b>CAMA BELICHE</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	1568	R\$ 640,98	R\$ 1.005.056,64
64	<b>COLCHÃO SOLTEIRO</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	3329	R\$ 482,97	R\$ 1.607.807,13

65	<b>MESA DE CABECEIRA 1000X500, MADEIRA TIPO MDF OU SUPERIOR, COM GAVETAS E RODÍZIOS, CONFORME PROJETO - conforme anexo I do Termo de referência.</b>	UN	279	R\$ 652,93	R\$ 182.167,47
66	<b>LIXEIRAS DE 15L PLÁSTICAS COM RODA E TAMPA COM PEDAL - conforme anexo I do Termo de referência.</b>	UN	722	R\$ 40,28	R\$ 29.082,16
67	<b>LIXEIRA DE 20L <u>AÇO INOX</u> TAMPA COM PEDAL - conforme anexo I do Termo de referência.</b>	UN	828	R\$ 196,76	R\$ 162.917,28
68	<b>LIXEIRAS DE 30L PLÁSTICAS TAMPA BASCULANTE - conforme anexo I do Termo de referência.</b>	UN	426	R\$ 71,71	R\$ 30.548,46
69	<b>LIXEIRA DE 50L <u>AÇO INOX</u> TAMPA COM PEDAL - conforme anexo I do Termo de referência.</b>	UN	513	R\$ 377,12	R\$ 193.462,56
70	<b>LIXEIRAS DE 60L PLÁSTICAS TAMPA COM PEDAL - conforme anexo I do Termo de referência.</b>	UN	281	R\$ 87,28	R\$ 24.525,68
71	<b>DISPENSADOR (DISPENSER) PARA PAPEL HIGIÊNICO - conforme anexo I do Termo de referência.</b>	UN	474	R\$ 92,49	R\$ 43.840,26
72	<b>DISPENSADOR (DISPENSER) PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHA (PORTA PAPEL TOALHA) - conforme anexo I do Termo de referência.</b>	UN	527	R\$ 46,90	R\$ 24.716,30
73	<b>DISPENSADOR (DISPENSER) PARA SABONETE LÍQUIDO (SABONETEIRA) - conforme anexo I do Termo de referência.</b>	UN	522	R\$ 106,04	R\$ 55.352,88
74	<b>MÁQUINA DE CAFÉ EXPRESSO AUTOMÁTICA - conforme anexo I do Termo de referência.</b>	UN	362	R\$ 4.349,02	R\$ 1.574.345,24
75	<b>COFRES PARA MATERIAIS DE VALORES - conforme anexo I do Termo de referência.</b>	UN	153	R\$ 4.838,55	R\$ 740.298,15

76	<b>COFRES PARA ARMAS LONGAS</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	206	R\$ 5.310,82	R\$ 1.094.028,92
77	<b>COFRES PARA ITENS GERAIS</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	148	R\$ 5.054,67	R\$ 748.091,16
78	<b>RASTREADOR VEICULAR GPS</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	1119	R\$ 778,32	R\$ 870.940,08
79	<b>GARMIN MONTANA 700i</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	1891	R\$ 6.533,49	R\$ 12.354.829,59
80	<b>UNIDADE DE ESTADO SÓLIDO (SSD) EXTERNO</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	1932	R\$ 681,96	R\$ 1.317.546,72
81	<b>COMPRESSOR SCROLL DANFODD AR CONDICIONADO 15TR R22 220V</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	19	R\$ 21.534,62	R\$ 409.157,78
82	<b>COMPRESSOR SCROLL DANFODD AR CONDICIONADO 10TR R22 220V</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	22	R\$ 16.057,29	R\$ 353.260,38
83	<b>COMPRESSOR SCROLL DANFODD AR CONDICIONADO 7,5TR R22 220V</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	17	R\$ 7.967,32	R\$ 135.444,44
84	<b>CAIXA DE SOM AMPLIFICADA ATIVA 250 RMS</b> - <i>conforme anexo I do Termo de referência.</i>	UN	119	R\$ 2.932,50	R\$ 348.967,50
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 74.843.893,84</b>

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar 37381543.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021](#).

1.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. Não será estabelecido cota para EPP/ME, com fulcro no Inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/06, em decorrência do tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não se mostrar vantajoso para a Administração Pública por representar possibilidade de prejuízo ao conjunto ou complexidade do objeto a ser contratado, no que diz respeito a manutenção da uniformidade dos materiais, pois a padronização é elemento garantidor da empregabilidade, havendo prejuízos

nessa dinâmica quando são empregados diferentes produtos, com fornecedores diversos.

1.9. Não foi prevista cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação de micro empresas e empresas de pequeno porte, conforme premissa estabelecida no Art. 48, inciso III da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), alterada pela [Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014](#), recepcionada pelo Art. 4º da [Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021](#). Não se mostrar vantajoso para a Administração Pública por representar possibilidade de prejuízo ao conjunto ou complexidade do objeto a ser contratado, no que diz respeito a manutenção da uniformidade dos materiais, pois a padronização é elemento garantidor da empregabilidade, havendo prejuízos nessa dinâmica quando são empregados diferentes produtos, com fornecedores diversos.

1.10. O critério de adjudicação será o "**menor preço do grupo**" e o "**menor preço por item**", face a necessidade do fornecimento, já que haveria risco de perda de padronização caso várias empresas produzissem cada um dos materiais separadamente. Também haveria risco à perda de economia de escala, em razão do quantitativo que cada um dos materiais representa em relação ao quantitativo total.

1.11. A modalidade de licitação para a aquisição de bens será o Pregão Eletrônico, sendo adotado o sistema o de Registro de Preços com base nos incisos II e III do art. 3º do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#).

1.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.13. Declaramos que os itens objeto do pretensão registro de preços não se enquadram como bem de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

## **2. DA NÃO ADMISSÃO OU NÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO E DE COOPERATIVAS**

### **Consórcio**

2.1. Para se admitir ou não a participação de empresas reunidas em consórcio, necessário ponderar a respeito de como se dá o fornecimento dos bens que se pretende adquirir. A participação em consórcio interessa ao adquirente/contratante normalmente quando a solução proposta é complexa e não se apresenta como item de estoque, configurando uma solução a ser construída em que as partes que a compõem são fornecidas por diferentes atores do mercado e estas representam porções representativas do todo e essas porções necessitam ser recebidas de modo integrado e simultâneo. O conteúdo tecnológico e de transferência de conhecimento também é verificado na formação de consórcios para aquisição de soluções policiais/militares complexas. Outro enfoque que recomenda a admissão de consórcios é o da economicidade. Toda vez que uma empresa contrata outra para realizar parte de um objeto ela agrega ao valor cobrado da Administração lucro e tributos. Por isso subcontratações normalmente devem ser admitidas em percentual reduzido em face ao valor total da contratação.

2.2. Outra razão que ampara a admissão de empresas reunidas em consórcio é a ampliação da competitividade. Em soluções complexas, apenas poucas empresas são capazes de oferecerem a solução em sua completude. No caso em comento, os itens que se pretende adquirir são bens comuns de mercado, razão pela qual a participação de empresas reunidas em consórcio não agregará benefícios na mesma medida em que sua admissão trará complexidade ao procedimento.

### **Cooperativa**

2.3. Visando garantir a regularidade, a qualidade e a segurança dos serviços prestados pela Administração Pública, citamos alguns dos principais motivos para a vedação à participação de cooperativas neste pregão:

- a) Controle e responsabilização: Ao vedar a participação de cooperativas, a Administração Pública busca evitar a dificuldade de controle e responsabilização pelos serviços prestados. Cooperativas são compostas por membros associados, e a rotatividade de cooperados pode dificultar a estabilidade e a continuidade dos serviços, tornando complexa a definição de responsabilidades em caso de falhas ou problemas na execução do contrato.
- b) Segurança jurídica: A vedação evita situações ambíguas e potenciais questionamentos legais, uma vez que as cooperativas têm uma natureza peculiar e estão sujeitas a diferentes normas em comparação a outras formas de organização empresarial. Ao permitir a participação de cooperativas, poderia haver conflitos de interpretação sobre os direitos e deveres contratuais, afetando a segurança jurídica das contratações.
- c) Garantia da qualidade dos serviços: A contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra pode ser sensível, exigindo a seleção de profissionais qualificados, estáveis e comprometidos. Ao vedar a participação de cooperativas, a Administração busca garantir que os contratados sejam empresas constituídas sob a forma empresarial, com estrutura, histórico e capacidade de oferecer a mão de obra especializada necessária para o cumprimento do contrato.
- d) Cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias: Cooperativas podem enfrentar dificuldades em assegurar o cumprimento integral das obrigações trabalhistas e previdenciárias em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra. O risco de inadimplência poderia ser transferido à Administração Pública, o que é indesejável e prejudicial para ambas as partes.

## **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares 37381543, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000031/2024
- II - Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- III - Id do item no PCA: 52
- IV - Classe/Grupo: 7510
- V - Identificador da Futura Contratação: 200402-90009/2023

#### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Anexo I - Especificação Técnica do Objeto (37412920) deste Termo de Referência

#### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade:

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.1.1. Todo o material será adquirido considerando a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, Capítulo III, art. 5.º I, II, III e § 1.º, exceto aquele em que não se aplica a referida instrução.

5.1.2. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.1.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

5.1.4. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.1.5. A área técnica atesta que seguiu as orientações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, 6ª edição, setembro/2023.

##### Da Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as seguintes justificativas:

a) A Administração Pública optou por indicar uma marca de referência para aquisição de alguns dos itens deste Termo de Referência no intuito de descrever e selecionar objetos que atendam de modo escorreito suas necessidades, sem ferir a ampla competitividade e a isonomia, além de cumprirem a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública cominada com produtos de boa qualidade e do princípio de o julgamento objetivo requerer afastamento das subjetividades.

b) Nesse entendimento é previsível a aceitação de objetos de outras marcas, desde que tenham qualidade igual ou superior em termos técnicos e econômicos, circunstancialmente motivada, e demonstre ser mais vantajosa para a Administração Pública a qual poderá solicitar laudo expedido por laboratório ou instituto idôneo, acerca do desempenho, qualidade e produtividade compatível com o produto à marca referência no Termo de Referência, (*TCU - Acórdão 113/2016, Plenário, Rel. Min. Bruno Dantas, TCU - Acórdão 2.300/2007, Plenário, Rel. Min. Aroldo Cedraz, DOU 05/11/2007 e TCU - Súmula 270/2012*).

c) Nesse sentido, também já se posicionou o TCU, por meio do Acórdão n. 113/2016 - Plenário, com exigência de que a indicação da marca deve ser seguida de expressões do tipo: "ou equivalente", "ou similar", "ou de melhor qualidade", podendo, a Administração, quando da indicação de marca/modelo diferente, exigir a demonstração de desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência.

##### Da exigência de amostra

5.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá ser solicitado a apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

5.4. Pode-se fazer necessária a solicitação de diligências, caso existam dúvidas quanto à especificação do material adquirido, no que concerne ao atendimento dos critérios técnicos de ergonomia e biomecânica, necessitando assim de uma análise mais criteriosa dos produtos ofertados;

5.5. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

- a) Conformidade com as especificações, medidas e características técnicas em anexo;
- b) Qualidade – matéria- prima, componentes, colagens, pintura, etc.;
- c) Acabamento – esmero na fabricação, junção das peças, igualdade das medidas, pintura, com superfícies lisas, sem riscos ou bolhas;
- d) Ergonomia – conformidade dos móveis em relação a normas de fabricação segundo a ABNT.

5.6. Será rejeitada a amostra que apresentar divergências em relação às especificações técnicas solicitadas;

5.7. A amostra analisada de qualidade superior em relação às especificações solicitadas, será aceita, desde que esteja acompanhada de declaração do licitante de que entregará os produtos de acordo com a amostra apresentada.

5.8. As amostras deverão estar devidamente identificadas com o número do Pregão e nome do licitante, conterem os respectivos prospectos, documentação técnica e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, marca, número de referência, código do produto e modelo.

5.9. Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, manuseados, desmontados, receber cortes, secções ou vincos, instalados, conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários, sendo devolvido ao licitante no estado em que se encontrar ao final da avaliação.

5.10. As amostras deverão estar devidamente montadas para serem analisadas pela Comissão, que emitirá parecer em que constará a indicação de que a amostra foi : (1) aprovada, (2) reprovada.

- 5.11. Não será aceita a proposta do licitante que tiver amostra reprovada, que não apresentar amostra, ou não a corrigir nos prazos estabelecidos.
- 5.12. A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como verdadeira ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos deste Edital.
- 5.13. Com a aprovação, o licitante terá sua proposta aceita, se cumpridas as demais exigências da fase licitatória. O material a ser entregue, objeto contratual, deverá estar rigorosamente de acordo com a amostra apresentada *in loco* à Comissão de Avaliação de Amostras.
- 5.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 5.15. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 5.16. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 5.17. As amostras deverão ser entregues, as custas do licitante, no endereço Passagem Jonatha Bezerra, 1713 - Infraero, S/N, CEP 68908-910, Macapá - AP. (Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá – SR/PF/AP), Telefone: (61) 2024-8510 E-mail: cpl.selog.srap@pf.gov.br, no prazo limite de até 20 (vinte) dias úteis, podendo ser prorrogado o prazo por igual período mediante solicitação do licitante. Após a convocação pelo pregoeiro, por mensagem no sistema, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 5.18. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.
- 5.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 5.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 5.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 5.22. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados, cortados, e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 5.23. As amostras fornecidas pelo licitante não serão devolvidas, caso a empresa venha a assinar o contrato. Elas ficarão retidas pela PF para fins comparativos com o objeto quando do recebimento provisório.
- 5.24. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues, POR EMPRESAS NÃO CONTRATADAS, deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 5.25. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

#### **Subcontratação**

- 5.26. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia, Manutenção e Assistência Técnica**

- 5.27. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.28. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.29. A garantia abrange a realização da manutenção e assistência técnica dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.30. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.31. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.32. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.33. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 5.34. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.35. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da

garantia dos equipamentos.

5.36. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

5.37. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.38. O contrato oferece maior detalhamento da regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

6.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, após assinatura do contrato, mediante ordem de fornecimento dos bens, em remessa única, que conterà o local de entrega conforme anexo do termo de referência.

6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quize) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. Os bens deverão ser entregues pela contratada no Estado do Amapá, no endereço e horários indicados na ordem de fornecimento emitida pelo contratante, sob sua total responsabilidade.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

6.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

#### Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#))

7.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#))

#### Fiscalização Administrativa

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

7.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

7.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

7.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

7.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

7.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

7.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

7.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento do Objeto

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no local definido na Ordem de Fornecimento de Bens, de forma sumária, por comissão de servidores designados, Fiscalização e Instrutores, a ser definida em processo a parte, e, acaso aprovada, será confeccionado Termo de Recebimento Definitivo e Ateste de Nota Fiscal.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 60 (sessenta) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;

- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF

### **Prazo de pagamento**

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.20.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

8.23. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

8.23.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.24. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.24.1. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

8.25. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas,

glosas e prejuízos causados à Administração.

8.26. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.1.1. Não será estabelecido cota para EPP/ME, com fulcro no Inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/06, em decorrência do tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não se mostrar vantajoso para a Administração Pública por representar possibilidade de prejuízo ao conjunto ou complexidade do objeto a ser contratado, no que diz respeito a manutenção da uniformidade dos materiais, pois a padronização é elemento garantidor da empregabilidade e pronta utilização, havendo prejuízos nessa dinâmica quando são empregados diferentes produtos, com fornecedores diversos.

9.1.2. O inciso I, § 1º, da Lei 14.133/2021, já estabelece a exceção quando o valor estimado da contratação for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 360 mil a R\$ 4,8 milhões), contudo, por tratar-se de registro de preços evita-se questionamentos com a possibilidade de contratações de valores que não se enquadrem no dispositivo legal.

### Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.7.1. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.10. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

9.11. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

- 9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 9.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 9.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- I -  $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;
- II -  $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ ; e
- III -  $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$ .
- 9.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.
- 9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 9.29. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

#### Qualificação Técnica

- 9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 9.30.1.1. Fornecedor de atestado de capacidade técnica de no mínimo **25%** do total do quantitativo do item compatível com os demais requisitos previstos neste Termo de Referência.
- 9.30.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 9.30.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.30.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O valor estimado da contratação para o órgão gerenciador é de **R\$ 9.287.956,54 (nove milhões, duzentos e oitenta e sete mil, novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos)**.
- 10.2. O valor estimado da contratação para os órgãos participantes é de **R\$ 65.555.937,30 (sessenta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e trinta e sete reais e trinta centavos)**.
- 10.3. O custo total perfaz **R\$ 74.843.893,84 (setenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e três mil, oitocentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos)**.

10.4. Em caso de licitação para registro de preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato o custo dos bens, das obras ou serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.5. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. Ressalta-se que a Administração observou o disposto no art. 7º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 2022, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e art. 13 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO CLODOALDO SANTOS FERREIRA**, Agente de Polícia Federal, em 11/10/2024, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=37349733&crc=084B46B8](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=37349733&crc=084B46B8).  
Código verificador: 37349733 e Código CRC: 084B46B8.